Tema: Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação;

Título da pesquisa: Conceitos lingüísticos fundamentais para a organização e

disseminação de informações*

Marilda Lopes Ginez de Lara**

Resumo:

Análise de referenciais lingüísticos, semióticos, terminológicos e cognitivos para a

abordagem do problema da transferência e apropriação da informação, na ótica da

construção da interdisciplinaridade em Ciência da Informação.

Palavras-chave: Lingüística estrutural, Filosofia da linguagem, Terminologia, Semântica

Cognitiva, Transferência da informação, Linguagem documentária

1. Introdução

A transferência da informação é, hoje, um dos problemas centrais da Ciência da

Informação. Falar em transferência significa falar em algo da ordem comunicacional

onde a linguagem constitui elemento de maior importância. A linguagem só funciona,

porém, como instrumento de comunicação, se funcionar simultaneamente como meio

para a construção do saber comunicado.

* Pesquisa em andamento, bolsa CNPQ - modalidade Produtividade em Pesquisa

** Prof. doutor em C. da Comunicação, ECA-USP

larama@usp.br

Não considerar este fato pode explicar grande parte dos problemas de recuperação de informações: número excessivo de respostas de baixa relevância, inconsistência de resultados ou mesmo subutilização dos sistemas informacionais. Problemas de várias ordens - polissemia, falta de rigor no processo de construção de linguagens documentárias, ausência de compatibilização entre linguagens - podem ser tributados à falta de de mecanismos que dão conta da embreagem necessária para a significação e a comunicação.

Na sua maioria, esses problemas decorrem do conhecimento superficial da linguagem, nem sempre compreendida na sua importância como meio de possibilitar a comunicação intersubjetiva e de veicular significado. Conhecer a linguagem e seu funcionamento é certamente o caminho necessário ao enfrentamento dos problemas relacionados à comunicação e transferência da informação.

Estas preocupações, ponto de partida de nossa pesquisa, encaminham ao estudo da linguagem segundo distintas vertentes, na tentativa de verificar que contribuições seu conhecimento pode representar na configuração dos sistemas informacionais. O estudo da linguagem pela Ciência da Informação - CI, não é algo novo. Vários trabalhos brasileiros repertoriados recentemente (MENDONÇA, 2000) mostram a preocupação com a linguagem, mas ainda há carência de um corpo básico de conceitos sistematizados que auxilie a compreensão de seu significado para as atividades relacionadas à informação. Essa carência se reflete no ensino e na própria investigação, dificultando os investimentos

para a construção da interdisciplinaridade. A tarefa não é simples e exige investimentos combinados, de onde as limitações dos resultados de nossa pesquisa.

2. Objetivos

Frente ao imenso campo dos estudos lingüísticos, nossa proposta tem como foco o problema da linguagem na transferência e apropriação da informação. Tal concepção remete à reorganização do tradicional esquema do processo comunicacional que dicotomiza remetente/destinatário, substituindo a flecha unidirecional orientada da esquerda para a direita, por flechas de mão dupla, querendo com isso apontar para a questão da recepção como algo não marcado pela passividade. Decorre daí que falar de transferência supõe a aderência do usuário, um intérprete que participa na elaboração do sentido das 'mensagens documentárias'.

Sob esse ponto de vista, procuramos identificar que contribuições e reflexões auxiliariam por um lado, a melhor delimitação do problema e, por outro, a identificação de parâmetros e instrumentos para a otimização do processo de transferência e apropriação.

Se este trabalho não pretende esgotar o assunto, objetiva, ao menos, pontuar algumas linhas de pesquisa que têm orientado ou poderiam orientar a busca de soluções para a abordagem desses problemas. Este também é um vasto universo, já que não se limita pelo que tradicionalmente se concebe como "questão de Lingüística", uma vez que as questões de linguagem perpassam vários domínios na contemporaneidade. Selecionamos alguns

trabalhos que se identificam às tendências de base lingüístico-estruturalistas, à Terminologia clássica e à Terminologia Lingüístico-Comunicacional, à Semiótica (cuja perpectiva impregna pesquisas de distintas vertentes), à Filosofia da Linguagem e à Semântica Cognitiva. Os critérios para essa seleção têm sido determinados pelos principais problemas da CI no que tange à transferência:

a) as características da linguagem documentária, partindo da aceitação de instrumentos intermediários diferentes da linguagem natural; limites de eficiência; formas de identificação e delimitação dos universos temáticos; formas de categorização da informação;

b) dificuldades decorrentes do uso da linguagem natural; possibilidades de uso.

Pretende-se que esta pesquisa possa, além da sistematização conceitual que nos auxiliaria na elaboração de material didático, apontar caminhos para o refinamento dos processos de transferência e apropriação da informação.

3. Metodologia

A perspectiva da pesquisa considera a necessária construção da interdisciplinaridade, definida por Cintra mais do que como categoria de conhecimento, como *categoria de ação*, ou seja, realizada na prática (CINTRA,1996). Sob essa ótica, nossa análise tem mostrado que alguns conceitos são operacionalizáveis, ou seja, podem ser apropriados pela CI e apresentados como conceitos lingüístico-documentários; outros, explicam ou ajudam a compreender a natureza do trabalho com a informação e os condicionantes para

sua circulação. Partilhamos da concepção de que a língua é um instrumento autônomo e, portanto, de mediação, mas, aceitando a diversidade, procuramos não tomar essa posição como única. A dificuldade derivada é que é bastante dificil analisar outro paradigma a partir daquele que aceitamos.

Do ponto de vista metodológico, um dos nossos instrumentos é a Terminologia (teórica e prática). Essa orientação, além de fornecer elementos para o trabalho concreto de registro dos termos, mostra-se simultaneamente como fonte de conceitos, como parte da Lingüística Aplicada. Enquanto método, utilizamos procedimentos terminológicos para a identificação ou delimitação de conceitos, registrando-os em fichas terminológicas (termo, termo em outro idioma, sinônimos, definição, contexto de ocorrência, domínio de especialidade, fonte, etc.). O procedimento de coleta conceitual via fichas terminológicas também revela seu caráter pedagógico, quando se verifica sua eficiência na assimilação de conceitos¹.

A seleção dos conceitos pauta-se pela sua importância nos domínios disciplinares e pela sua relevância na compreensão dos processos informacionais: por exemplo, estrutura e as várias dicotomias saussurianas, estrutura lingüística, na Lingüística; signo, interpretante, objeto, semiose, na Semiótica; palavra, termo, conceito, na Terminologia; jogos de linguagem, formas de vida, na Filosofía da Linguagem; protótipo, tipicalidade, categoria, na Semântica Cognitiva; linguagem documentária, representação documentária, recuperação da informação, na Ciência da Informação etc.

¹ O projeto tem uma bolsista de iniciação científica (PIBIC).

A análise das fichas terminológicas permitirá o cotejamento das informações sobre os conceitos e as possíveis apropriações para a CI.

4. Delineamento de tendências:

4.1 A Lingüística estrutural

Grande parte dos estudos relacionados ao uso de referenciais lingüísticos na CI volta-se à compreensão do processo de construção da informação documentária (metodologias de indexação) e à identificação de meios para a elaboração de instrumentos documentários (metodologias de construção da linguagem documentária ou de linguagem epistemográfica, segundo proposta mais recente) (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998). Em sua maioria, esses trabalhos partem de referências da Lingüística Estrutural e suas derivações. Restringiremo-nos neste trabalho a abordar as questões relacionadas às metodologias de construção da linguagem documentária.

A língua é tomada como referência observando-se aspectos relacionados à sua estruturação relacional (do que decorre a delimitação oposicional dos significados), à sua condição de arbitrariedade, convencionalidade e autonomia, ao recorte e classificação que opera no mundo, a seu modo de articulação, à sua produtividade. A língua é também vista na perpectiva de suas funções no processo lingüístico. Sob o epistema estruturalista, compreendido como metaconceito metodológico, observam-se as propriedades estruturais da língua; sob o parâmetro comunicacional (e a partir da Lingüística Estrutural), suas funções nos atos de comunicação verbal. Dessas observações deriva um modelo de

linguagem documentária, uma linguagem intermediária quer pelo seu papel - ponte para a comunicação sistema-usuário - quer pelas suas semelhanças e diferenças relativamente à linguagem natural e à linguagem artificial. As analogias referendam, também, a necessidade da formalização dos arranjos dos elementos que compõem a linguagem documentária como condição para um sistema autônomo, uno e dotado de significado.

Este modelo, porém, reflete as limitações de uma linguagem construída: dentre outras, a linguagem documentária tem só duas das funções características da linguagem natural (a referencial e, a seu modo, a metalingüística), apenas a primeira articulação (de onde a ausência de produtividade - não se fala uma linguagem documentária) e uma realização precária no eixo das combinações (o eixo sintagmático). Posto que a ação de significar é um fato do discurso - já que o significado da língua é apenas sua matéria prima (LOPES, 1997) - não podemos falar verdadeiramente de um 'discurso documentário'², a não ser considerando essas restrições. As mensagens 'documentárias' substancialmente diferente das mensagens lingüísticas. É nesse sentido que a proposta de linguagem epistemográfica (um enriquecimento do modelo da linguagem documentária) pode representar um investimento interessante, já que ela prevê a potencialização do nível sintagmático para poder produzir enunciados mais próximos aos da linguagem natural.

Observa-se que as propostas sedimentadas na Lingüística Estrutural (muitas vezes reunidas sob a denominação Lingüística Documentária) refletem os desenvolvimentos

² Via terminologias concretas - considerando que estas são constituídas a partir dos discursos de domínios e áreas de atividade - recupera-se, indiretamente, a dinamicidade da língua realizada. Mas as terminologias também sofrem os efeitos da perda de dinamicidade.

conhecidos pela própria disciplina, do que decorre a assimilação de muitas das críticas relacionadas à proposta original de Saussure. Dentre outras, destaca-se a excessiva centralidade na análise da *langue* em detrimento da *parole* e o reordenamento dessa perspectiva via uso dos princípios semióticos, fundamentais para a melhor compreensão do desenvolvimento do processo interpretativo.

4.2 A Semiótica

O ponto de partida da Semiótica é distinto do da Lingüística Estrutural. Na perspectiva de Peirce, o conceito fundamental a ser observado é a semiose, enquanto processo onde alguma coisa funciona como signo, ou seja, significa, e que compreende o signo, ou *representamen*, o interpretante e o objeto, ao qual se acrescentou depois o intérprete e o contexto, segundo proposta de Morris. Já para Saussure, o ponto de partida é o fato social subjacente a todo ato de fala, ou seja, a língua (DASCAL, 1978). A combinação das duas perspectivas permite considerar os aspectos pragmáticos que Saussure havia 'deixado de fora', ou seja, à realização do ato sígnico (incluindo-se o ato da fala) concorrem elementos relacionados ao contexto, às circunstâncias de enunciação, ao usuário.

Através do processo sígnico (e particularmente das noções de signo, interpretante, semiose e experiência colateral) é possível compreender, entre outrras coisas, o estatuto da linguagem documentária: sua interpretação remete necessariamente ao 'vivido' nas ciências e nas técnicas (GRANGER, 1974). Observa-se, ao mesmo tempo, que se a noção de semiose ilimitada é pertinente para trabalhar as questões da arte, na CI esse processo

interpretativo necessariamente encontra seus embreantes³ nas linguagens das áreas-foco dos sistemas de informação (e por esse motivo, a informação é sempre institucional). Há que buscar referências de possibilidade interpretativa para que os 'signos documentários' (a linguagem documentária ou os seus elementos) não sejam interpretados exclusivamente a partir da língua geral e da experiência particular de cada indivíduo.

A Semiótica também contribui para mostrar que um sistema sígnico (e podemos dizer que uma linguagem documentária funciona como um gênero de sistema sígnico particular) deve ser abordado como elemento de processos comunicacionais e, simultaneamente, de processos de significação. Seguindo as teorias contemporâneas, a observação do signo documentário deve integrar os aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos separáveis apenas por razões didáticas.

Sob essa perpectiva, o signo documentário poderia se caracterizar:

a) como um signo de um código razoavelmente impreciso e incompleto, muitas vezes circunstancial, cuja conformação remete originalmente ao signo lingüístico mas é deficiente em relação a ele na sua potencialidade de realização como unidade comunicativa e significativa. Pode remeter, também, a símbolos não-lingüísticos mas passíveis de tradução lingüística. O signo documentário se mostra, nesse sentido, como

.

³ O termo 'embreagem' é utilizado por Granger para falar dos interpretantes que definem as significações nas Ciências cujas evocações não são indefinidas, mas remessas estruturadas, ou em estruturação, no simbolismo das próprias ciências. Diferentemente da embreagem nas línguas naturais, que dependem do conhecimento lingüístico, do uso da língua e da experiência dos indivíduos (e em função da característica de dupla articulação das línguas), a interpretação nos sistemas simbólicos formais depende de seu significado (1a. articulação) tal como foi definido nas próprias ciências correspondentes, e que se ordenam apenas à experiência dos próprios símbolos (GRANGER, 1974, p.138-141).

uma unidade de uma linguagem intermediária, entre a linguagem natural e a linguagem artificial. Seu funcionamento depende necessariamente de outros sistemas semióticos; b) como algo que deve ser contemplando sob seus aspectos semântico (em relação àquilo que significa), sintático (enquanto elemento combinável com outros signos) e pragmático (considerado em relação aos seus usos), de forma integrada;.

c) como fazendo parte de um sistema sígnico cuja unidade sígnica mínima é o descritor, elemento indivisível (a divisão de um descritor o descaracteriza: o uso de radicais na pesquisa já não se vincula ao descritor, mas a palavra, unidade morfológica). Os descritores podem coincidir com a palavra, porém são mais freqüentemente sintagmas nominais. Nunca constituem argumentos, mas remas (termos simples ou descrições) e dicisignos (proposições, se se os considera a partir de definições). A impossibilidade de formular argumentos (ou melhor, simulá-los por analogia ao argumento enquanto produto de um raciocínio complexo) é a sua principal limitação: não é possível construir enunciados a partir do signo documentário (ou os enunciados são, antes, reduzidos às combinações de remas e/ou dicisignos).

4.3 A Terminologia

A Lingüística e a Semiótica, porém, não resolvem os problemas de delimitação de subconjuntos lingüísticos que, no interior da língua, conformariam os universos de interesse temático e funcional. A proposta de organização de campos semânticos sugerida por Trier, a de Greimas sobre organização do universo semântico, bem como o modelo de Katz e Fodor (de origem chomskyana), entre outras, não oferece instrumental concreto à CI para a elaboração de suas linguagens. A procura de referenciais para dar conta desses

elementos remeteu à Terminologia, considerada no seu aspecto teórico e metodológico e também concreto.

A Terminologia, porém, também é uma disciplina que conhece transformações no seu delineamento, sendo distintamente concebida em razão dos diferentes pontos de partida que adota. A Teoria Geral da Terminologia - TGT, mais antiga, é tributária da linha cognitiva: concebe a formação do conceito como algo independente da língua e vê no signo lingüístico apenas a parte significante, atribuindo-lhe uma função meramente instrumental a serviço da denominação. A Teoria Comunicativa da Terminologia, bem mais recente, faz críticas ao reducionismo da TGT (embora não negue sua coerência interna) e propõe observar o fenômeno terminológico no interior da linguagem ressaltando seu caráter comunicativo. Já a Socioterminologia ressalta o uso social dos termos, a partir do que rejeita a excessiva ênfase na normalização proposta pela TGT.

A TGT, ao privilegiar a concepção triádica da significação à maneira de Ogden & Richards (símbolo, significado ou conceito, referente), compartilha do realismo que atribui ao referente uma materialidade passível de ser representada fielmente pelo conceito. O signo lingüístico (o símbolo, na tríade acima) tem caráter apenas funcional, porque é determinado posteriormente à formação do conceito, para sua denominação. A TGT compartilha também do mentalismo, uma vez que reduz o significado a uma coisa mental, desligada das línguas. Embora o mentalismo não esteja ligado à tríade, ele remete a mediação ao conceito psicológico.

Como decorrência, a TGT é prescritiva e normativa, não admite a variação e a sinonímia, prega a univocidade interpretativa via padronização como o único meio para a comunicação. Em última análise, a TGT pressuporia a possibilidade de uma linguagem perfeita e universal (ECO, 2001).

A Teoria Comunicativa da Terminologia e a Socioterminologia, em distintas perspectivas, relativizam (ou não aceitam) a formação do conceito como algo fora das Tende-se⁴ observar línguas. 0 termo como signo lingüístico um (significante/significado), portanto definível em relação a outras realidades da mesma ordem, no interior das próprias formações lingüísticas. Pode-se pressupor que estas teorias substituiriam o triângulo de Ogden & Richards pelo peirceano, uma vez que, até para Peirce, o Objeto só interessa em relação aos índices e ícones: o símbolo é da ordem convencional.

No âmbito da linguagem documentária a apropriação da Terminologia é fundamental:

a) a Terminologia dá referências teórico-metodológicas para a compreensão e formulação das redes lógico-semânticas. Observa-se uma relação estreita entre a norma documentária para elaboração de tesauros (ISO 2788) e as normas terminológicas (ISO 704 e ISO 1087), sendo que as últimas permitem compreender melhor a primeira;

b) as terminologias concretas fornecem o referencial interpretativo para os descritores (funcionam como operadores de sentido) e para a linguagem documentária de um modo geral. Se antes os instrumentos documentários para a intermediação eram construídos de forma exclusivamente empírica e sem metodologias claras para a delimitação dos

⁴ Essa é uma posição nem sempre explicitamente colocada.

universos-foco, as terminologias orientam a identificação dos domínios, bem como a construção das redes concretas das linguagens documentárias, seja pela definição dos termos, seja pela identificação das características para conformar as estruturas de relacionamento;

c) as diferentes orientações teóricas da Terminologia implicam diferentes formas de abordagem dos universos temáticos e funcionais, variando de uma orientação prescritiva, mais rígida e normalizadora, para uma descritiva, mais flexível e apta a incorporar melhor a linguagem e os referenciais dos usuários. As diferentes tendências também podem se rebater nos privilégios dos aspectos semântico, sintático e pragmático dos termos, se é possível falar deles de forma separada.

4.4 A Filosofia da Linguagem: II Wittgenstein

Perspectiva bastante diferente é aquela que procura na Filosofia da Linguagem do II Wittgenstein o referencial para a abordagem da representação e da recuperação da informação. Contrariamente às propostas de cunho estruturalista, essa linha se organiza sob uma ótica Pragmática dita 'não representacionista' que vê na "linguagem ordinária" o meio de lidar com a transferência da informação.

Para o II Wittgenstein, a observação da linguagem privilegia o uso, segundo uma visão 'perspícua' e através de contextos fornecidos pelos tipos de atividade (Formas de Vida). À natureza da atividade correspondem uma linguagem e um nível de exaustividade. Os Jogos de Linguagem proveriam um tipo de estrutura formal, porém sem definições formais. Os Jogos de Linguagem não têm coisas em comum, mas similaridades, relacionamentos. As similaridades correspondem às semelhanças de família que podem

_

⁵ Pode-se questionar o estatuto 'representacionista' da proposta de Saussure.

se sobrepor e se atravessar, formando, assim, jogos, famílias. A linguagem é considerada um caleidoscópio de situações de uso das palavras, de onde a importância do contexto pragmático: ela é um dos muitos exemplos de Formas de Vida (outros seriam beber, andar, comer etc.) (MORENO, 1993).

Uma exploração dessa proposta é feita por Blair, que a complementa com princípios da Semiótica (BLAIR, 1990). O autor sugere que o processo semiótico no contexto da recuperação é tacitamente limitado pela linguagem que usamos em circunstâncias determinadas. Essa concepção resulta na rejeição da necessidade da linguagem controlada, contrariamente ao que ocorre com as perpectivas orientadas pelas linhas de base estrutural. Não obstante, é possível identificar semelhanças entre essa linguagem ordinária limitada por circunstâncias específicas e a linguagem dos domínios de especialidade, cuja referência, nas linhas de pesquisa estruturais, são as terminologias.

4.5 A Semântica Cognitiva: a linha ortodoxa

O enfrentamento das questões relativas às formas de categorização, necessária na perspectiva das pesquisas que supõem o uso de linguagem controlada, não encontra na Lingüística referencial operacional. Historicamente, porém, a literatura da área da CI trabalha com princípios de categorização (Ranganathan, teóricos do Classification Research Group, Dahlberg e, pontualmente, Gardin), geralmente baseados em princípios lógicos e, muitas vezes, universais.

A Lingüística Estruturalista contempla conceitos que se relacionam de algum modo com a formação de categorias (como, por exemplo, as noções de classema, arquilexema), mas não indica formas para focar universos temáticos ou funcionais. Parte das respostas para a categorização são encontradas na Terminologia, embora de forma não explícita, ao remeter a identificação dos sistemas de conceitos às definições compartilhadas dentro de domínios ou áreas de atividade. O conceito de categoria, porém, raramente aparece nessa área de estudos e, se aparece, reproduz a referência a princípios universais.

Por essa razão procuramos, na Semântica Cognitiva algumas indicações, embora tenhamos explorado, até o momento, apenas uma de suas versões. A Semântica Cognitiva (algumas vezes vista como parte da Psicolingüística), tem sua origem nos trabalhos de E. Rosch. Contra o relativismo lingüístico (ou a hipótese culturalista que vê na língua um instrumento de mediação), a Semântica Cognitiva afirma o caráter universal da interação entre "o homem-processador" e seu ambiente físico (DUBOIS, 1991).

A Semântica Cognitiva parte de propostas diferentes da semântica clássica, substituindo as visões estruturalistas (campos de Trier, semântica estrutural semântica componencial européia) e a visão da semântica lexical de Katz e Fodor, por uma abordagem baseada nas noções psicológicas de protótipo, nível de base e tipicalidade. A noção de protótipo deriva, também, das hipóteses universalistas de origem biológica que propõem ver a segmentação do ambiente a partir de estímulos. A categorização seria o mecanismo próprio da interação entre o homem processador e seu ambiente físico. O universalismo cognitivo seria, pois, dirigido contra o relativismo lingüístico.

Os protótipos seriam o resultado da representação mental organizada em torno da percepção, sendo prototípicas as partes salientes (por exemplo, do espectro de cores). Os termos de base designariam essas partes salientes, sendo que o léxico se organizaria em torno delas. Essa noção credita a estruturação do léxico à realidade mundana: as palavras seriam etiquetas *(labels)* que designariam as coisas. Rejeita-se, portanto, qualquer discussão sobre o caráter cultural da percepção. A tipicalidade seria um princípio de organização categorial.

Teóricos da linha estruturalista questionam essa posição ao não reconhecer as línguas como espelho do mundo. Pondera-se que as situações de comunicação incidem sobre as mensagens lingüísticas e que as práticas sociais codificam os discursos e influenciam as categorizações. Tipicalidade e nível de base dependem do contexto, e as classes lexicais se desenham não por inventários derivados da percepção, mas pelo jogo de oposições.

Ao basear a segmentação na percepção e afirmá-la como independente da língua, a semântica cognitiva ortodoxa admite que a aprendizagem da língua corresponderia a um ato de regrar o órgão inato da linguagem por uma gramática universal. A título de curiosidade, porém, observe-se que as crianças recém-nascidas japonesas distinguem os sons r e l tão bem como quaisquer ocidentais, discriminação que é perdida com a idade. O inventário de sons decresce e se estabiliza por imitação (não passiva, e dependente de validação afetiva) até sobrarem apenas os sons linguísticamente codificados e

socialmente normalizados (MIYAWAKI et al., apud RASTIER, 1991), o que prova que as segmentações têm componentes culturais.

A linha ortodoxa da Semântica Cognitiva não acrescenta muito à abordagem da categorização, mas sua análise (RASTIER, 1991) é útil para confirmar a importância da cultura na organização dos grupos de termos de alta generalidade. Permite mostrar, também, que a ligação com o físico se dá pelo simbólico (do que decorre a rejeição das tradicionais Teorias da Referência que impregnam, por exemplo, a Terminologia clássica). Do mesmo modo, permite refutar o mentalismo que reduz o significado a uma coisa mental (também presente em algumas propostas da Terminologia). Essa teoria (como a Terminologia clássica) reduz o lingüístico ao formal (sintático) e assimila o semântico ao representacional, este último concebido como um nível conceptual independente das línguas e da linguagem (idem ibidem, 1991).

Embora os trabalhos consultados da CI e da Terminologia não se refiram a essa Semântica, é notória a similaridade de muitos dos procedimentos aí implícitos. Isso não quer dizer que não se deva procurar na Semântica Cognitiva não ortodoxa alguma contribuição, o que faremos no seguimento deste trabalho.

5. Considerações finais:

Como se pode verificar, a pesquisa ainda está em desenvolvimento, o que não significa, porém, que ela um dia chegue a ser conclusiva. Várias frentes ainda devem ser

exploradas, como por exemplo a análise das possibilidades de uso das propostas da Representação do Conhecimento e da Inteligência Artificial. Seria necessário, também, recorrer à Lógica, o que ampliaria enormemente o âmbito do trabalho. Limitamo-nos a observar que, segundo Sowa, embora a Lógica responda pelos problemas da organização e formas de raciocínio é na Ontologia que as operações lógicas ganham existência concreta. Se, por exemplo, a notação de um quantificador existencial é utilizada para dizer que algo existe, a Lógica não tem vocabulário para descrever as coisas que existem (SOWA, 2000). A ligação entre elas é, todavia, indiscutível, já que as fontes para o estabelecimento de categorias ontológicas são a observação e o raciocínio.

Observa-se, porém, que a IA e as propostas de Representação do Conhecimento baseadas na Ontologia são marcadas pela tradição aristotélica revista pela lógica positivista. O trabalho terminológico clássico, a seu modo, segue a mesma linha, tomando a seu cargo a formulação das ontologias dos domínios de aplicação. Curiosamente, ao final deste trabalho, ao realizar uma busca na Internet com as palavras 'quiddité' associada à 'ontologie', deparamo-nos com um texto de Rastier que sumariza, de certa forma, grande parte de nossas preocupações. Afirma o autor que a subsunção da ocorrência ao tipo (considerando que o sentido remete à ocorrência e a significação ao tipo) coloca o tipo sob a dependência da significação, o fenômeno sob a dependência da norma. O sentido se dá na ocorrência, o tipo corresponde à significação.

A Terminologia clássica, ao fundar sua organização no termo (sem comentar, aqui, sua posterioridade em relação ao conceito), poderia estar colocando a ênfase na significação.

Sem entrar na discussão sobre a distinção entre a significação e o termo proposta pela Terminologia - e que Rastier rejeita ao reincorporá-lo na língua - sua proposta tem de interessante o fato de observar o termo numa dimensão textual, o que compreenderia necessariamente uma sintagmática. Esse empreendimento conjugaria Semântica Textual, Lexical e Terminologia (mais uma Ontologia crítica) e poderia, assim, contribuir à redefinição do termo sem recorrer a postulados ontológicos (RASTIER, 1995).

Essa via de pesquisa pode ser benéfica à instrumentalização de uma nova Terminologia, sendo útil, consequentemente, à Ciência da Informação. Muito embora a CI persiga as invariantes (os tipos) como modo econômico de trabalhar com os textos, essa opção tem a desvantagem de permitir pouca sintagmatização.

De fato, o signo lingüístico, cuja força é posta em destaque pelo aporte semiótico, não pode ser enfrentado apenas pelo eixo paradigmático. Que condições teríamos de propor um signo documentário mais potente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAIR, D.C. (1990). Language and representation in information retrieval.

Amsterdam: Elsevier Science Publ.

CINTRA, A.M.M. (1996) Subjetividade e interdisciplinaridade na biblioteconomia. *Transinfomação*, v.8, n.3, set./dez. Disponível em: http://www.puc-campinas.edu.br/si/transinformacao/past.htm

DASCAL, M. (1978). Las sémiologies contemporaines. În: ____. *La sémiologie de Leibniz.* Paris : Aubier Montaigne. cap. 2

DUBOIS, D., org. (1991). *Sémantique et cognition:* catégories, prototypes, typicalité. Paris : CNRS Ed.

ECO, U. (2001). A busca da língua perfeita na cultura européia. Bauru, SP: EDUSC.

- GARCÍA GUTIÉRREZ, A.(1998). *Princípios de lenguage epistemográfico:* la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz. Sevilla : Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.
- GRANGER, G.G. (1974). O problema das significações. In: _____. *Filosofia do estilo*. São Paulo : Perspectiva; EDUSP. cap. 5.
- ISO 1087-1(2000). Terminology work Vocabulary, Part 1: theory and application/Travaux terminologiques Vocabulaire Partie 1: théorie and application. Genève: International Standard Organization.
- ISO 704 (2000). *Terminology work principles and methods*. 2nd ed. Genève : International Standard Organization.
- ISO-2788/BS5723 (1986/1987). *Guidelines to establishment and development of monolingual thesauri*. Genève; London: International Standard Organization; British Standard.
- LOPES, E. (1997). A identidade e a diferença. São Paulo: EDUSP.
- MENDONÇA, E. S.(2000). A lingüística e a ciência da informação: estudos de uma interseção. *Ciência da Informação*, v.29, n.3, p.50-70, set./dez.
- MORENO, A. R.(1993). Wittgenstein: através de imagens. Campinas : Ed. UNICAMP.
- RASTIER, F. (1991). Sémantique et recherches cognitives. Paris : PUF.
- RASTIER, F. (1995) Le terme: entre ontologie et linguistique. *La banque des mots*, n.7, pp. 35-65. Disponível em: http://www.revue-texto.net/Inedits/Rastier Terme.html
- SOWA, J.F. (2000). *Knowledge representation:* logical, philosophical, and computational foundations. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole.